

# AVALIAÇÃO ESCOLAR NA VISÃO DE PROFESSORES E ALUNOS

**SOUZA, João Paulo Nogueira de**

*“O aluno não vai à escola para tirar notas, vai para aprender, para crescer, para se desenvolver.” Freinet (educador francês)*

## RESUMO

A avaliação escolar tem sido objeto de reflexão devido a sua complexidade e a necessidade de se buscar estratégias que promova a melhoria do ensino-aprendizagem. O objetivo da pesquisa foi verificar como ocorre a avaliação nas escolas públicas, mostrar o que pensam professores e alunos sobre as práticas adotadas nas instituições educacionais e como professores e alunos tem visto o processo avaliativo, e como isso tem refletido na aprendizagem dos estudantes. O trabalho foi constituído de uma base teórica onde se busca compreender melhor a temática. A pesquisa buscou ideias nos estudos publicados por autores como Libâneo (1991), Matos (1999), Luckesi (1996), Piaget (1970), Hoffman (1994), dentre outros. Os estudos mostram que a avaliação, na prática de sala de aula, se dá mediante um jogo constante de perguntas e respostas que objetivam fazer com que o aluno, ao falar, seja avaliado. Assim, a avaliação se transforma apenas no cumprimento de um instrumento burocrático que não tem trazido muitos benefícios. Esse jogo avaliativo vai construindo as imagens que professores e alunos fazem de si e do outro, ou seja, do que sabe e do que aprende, melhor ainda, alunos e professores se transformam em sujeitos de um saber-poder.

**Palavras-chave:** Processo. Sujeitos. Aprendizagem. Poder.

## ABSTRACT

School assessment has been a subject of reflection due to its complexity and the need to seek strategies that promote the improvement of teaching and learning. The purpose of conducting such research to check how does evaluation in public schools, show what they think teachers and students about the practices adopted in educational institutions and how teachers and students have seen the evaluation process, and how it has reflected in students' learning. The work was composed of a theoretical basis where one tries to understand better the subject. The research sought ideas in studies published by such authors as Libâneo (1991), Matos (1999), Luckesi (1996), Piaget (1970), Hoffman (1994), among others. Studies show that the evaluation, in classroom practice, through a constant game of questions and answers that aim to make the student, when talking, be evaluated. Thus, the assessment becomes only in a bureaucratic instrument that doesn't have brought many benefits. This evaluation will game building images that teachers and students make themselves and each other, that is, than you know and learning better yet, students and teachers become subject of a know-able.

**Keywords:** process. Subject. Learning. Power.

# 1 INTRODUÇÃO

A cada dia que passa o desafio de ser educador vem se tornando maior e a necessidade de se buscar algo novo que possa atrair crianças e jovens para o ensino tem sido constante na vida de quem luta por uma educação melhor.

O ensino é uma atividade humana em constante mudança e evolução, ocorrendo nas interações entre os sujeitos que dela participam e sendo responsável pela aquisição de conhecimentos que vão aos poucos formando a identidade pessoal, social e profissional dos educandos. Esse deve ser organizado para favorecer a aprendizagem e o propósito do ensino traz para os professores a tarefa de ajudar o aluno a aprender a aprender, de internalizar uma postura questionadora, crítica e permanentemente aberta às mudanças culturais, científicas e tecnológicas, e, nesse ponto, a disciplina de Biologia entra como ferramenta importante pela promoção de encontro entre os estudantes e esse mundo novo que tão pouco se conhece, tão cheio de segredos e complexidade.

No entanto, sabe-se que envolver os alunos em suas aprendizagens e administrar a progressão desse aprendizado não é tarefa fácil, porque exige observação e avaliação dos alunos em situações diferenciadas e um balanço periódico sobre os avanços ou dificuldades evidenciadas. A interatividade do ensino considera prioritariamente a sala de aula e passa também pela compreensão de seu papel na coletividade da ação docente, em diferentes níveis de ensino, perpassando a simples tarefa de repassar conteúdo e trazendo ao docente outras funções primordiais, dentre essas avaliar o seu aluno dentro de suas especificidades e buscar intervir nas necessidades diagnosticadas, provocando assim a magia da aprendizagem.

A iniciativa de escolha do tema sobre avaliação escolar na visão dos professores e alunos surgiu da angústia em ver como as práticas avaliativas de nossas escolas ao invés de propiciar fortalecimentos de elos de aprendizagens estão contribuindo para a evasão e o fracasso escolar e como os professores, dentre esses os de Ciências Biológicas têm se preocupado mais em quantificar o aluno do que saber se ele realmente está se desenvolvendo enquanto educando e cidadão. É assunto conhecido por muitos estudiosos e para termos certeza se nossas ações estão sendo bem realizadas é preciso avalia-las, para que, dessa forma, venhamos conhecer nossas limitações e assim, poder concertar nossos possíveis erros. Além

disso, há a necessidade de que essa avaliação tenha critérios para que não se chegue a uma conclusão equivocada, ou seja, é necessário pensar em algo que possa construir e não destruir uma perspectiva de melhoria.

Quanto mais se estuda sobre avaliação, principalmente no cenário educacional, conclui-se que desde muito tempo associa-se aprendizagem a números, o que dá ainda mais ênfase ao caráter quantitativo desse processo, deixando de lado o verdadeiro valor da avaliação como forma de valorização do saber adquirido por alguém.

Diante do exposto, espera-se que esse trabalho venha contribuir com as expectativas de seu autor e dos leitores que tenham acesso às suas páginas e que possa servir como base para um novo processo avaliativo que vise à aprendizagem acima de tudo.

## **2 ELEMENTOS NORTEADORES DA AVALIAÇÃO ESCOLAR**

### **2.1 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO**

Desde os primórdios da humanidade a avaliação está presente em nosso meio, e já nessa época percebia-se a utilização do regime avaliativo como forma de classificação das pessoas, estando, desde então, relacionada a inteligência, preparação e capacidade.

Segundo registros antigos em algumas tribos indígenas primitivas, os jovens índios eram testados a provar seus conhecimentos a respeito da cultura de seu povo, e só após isto, era considerado adulto e pronto para o trabalho. Nas sociedades grega e Espartana as pessoas eram avaliadas de acordo com sua resistência física. Sócrates, em Atenas, na sua busca para saber quem era o homem mais inteligente do mundo realizava provas orais com seus alunos.

Na idade média as escolas ensinavam seus alunos a partir da catequização, deixando em segundo plano a transmissão de conteúdos e avaliava-os de acordo com o seguimento das normas impostas pelo clero, castigando os que não cumpriam essas normas. Foi assim no Brasil, quando em 1549, o primeiro governador geral, Tomé de Souza, trouxe para nossas terras os padres “Jesuítas”, dando os primeiros passos para a educação brasileira, seguindo o regime adotado

na idade média e que em muito influenciou na educação brasileira até os dias atuais (XAVIER, 1994, p.41).

Com o surgimento do movimento conhecido como renascimento a educação ganhou um caráter mais psicológico, já que deveria atender as necessidades de cada aluno individualmente, de acordo com suas habilidades e aptidões, dessa forma a avaliação deixou de ser vista como algo padronizado e passou a ser um processo individualizado.

Já na idade moderna, com a criação de escolas e bibliotecas, o surgimento da imprensa e o aumento no número de livros, a educação se expandiu pelo mundo, e com ela, avançaram os estudos sobre avaliação escolar. Foi nessa época que a prova escrita começou a ganhar força nas escolas e passou a se tornar o instrumento “principal” de avaliar a aprendizagem dos estudantes. No ano de 1845, o norte-americano Horace Mann (1845, p. 109), ao realizar um teste escrito com 530 alunos, escreveu para um jornal seu parecer sobre o exame escrito.

É imparcial; é justo para os alunos; é mais completo que as antigas formas de exames; previne contra a interferência do professor; verifica o aproveitamento do aluno; isola as possibilidades de favoritismo; tem a informação obtida válida para todos; habilitam todos a avaliar a possibilidade ou dificuldade das questões ou uma graduação das mesmas.

Na verdade, quando a história da educação e conseqüentemente da avaliação escolar diz respeito a uma pequena parcela da população, já que na antiguidade e em parte da idade média os homens eram divididos entre livre e escravos, sendo que aqueles que eram escravizados sequer eram considerados “gente”, imagine ter o direito de estudar. E mesmo os livres, desde que pertencesse a classe pobre não tinham acesso à escola, trazendo para a família a obrigação de alfabetizar seus filhos em casa. Portanto, eram os pais que avaliavam, mesmo que inconscientemente e sem o conhecimento das teorias avaliativas a aprendizagem de seus filhos.

Pelo exposto, fica nítido que, mesmo após muitas pesquisas realizadas no campo da avaliação escolar pouca coisa mudou desde os primórdios da educação para os dias atuais, já que, em muitos casos, nossos alunos continuam sendo classificados em bons ou ruins por uma nota de uma prova escrita e comparada com outros alunos, sem a devida reflexão do seu processo de ensino-aprendizagem.

### 2.1.1 POR QUE AVALIAR?

Em todos os momentos da nossa vida nas diversas situações do nosso cotidiano avaliamos e somos avaliados, de acordo com nossas atitudes e ações. Na escola não é diferente, ao avaliarmos nossos alunos estamos avaliando todo um processo educacional que vem sendo realizado. Engana-se quem acha que somente o aluno é reprovado ou não está preparado de acordo com a análise de uma avaliação, juntamente com o aluno, o professor, o núcleo gestor, a escola no geral, com seu projeto pedagógico se reprovam.

Avaliar é muito mais que dá nota ou conceito a uma pessoa, a avaliação não é um fim para o processo educacional, mas um meio de acompanhamento desse processo, por isso deve ser contínuo e que tenha o aluno como o sujeito de sua própria aprendizagem.

Por que avaliar? É a mesma coisa que se perguntar: Por que eu vou ao médico? Para que ele possa diagnosticar minha doença a partir de determinados sintomas. Mas adianta ir ao médico, diagnosticar a doença e não tomar os medicamentos receitados? É lógico que não, da mesma forma é a avaliação, ela existe para diagnosticar a aquisição ou não de um determinado conhecimento, mas só terá valia se for analisada a partir de um processo pelo qual se deu a construção desse conhecimento, e, caso não tenha ocorrido tal aprendizado que se objetiva, devem ser elaboradas estratégias para perceber-se o porquê de não se ter atingido o que se pretendia para, a partir daí, buscar uma possível solução.

Jamais a avaliação deve ser vista com forma de medir a inteligência de alguém, muito menos de comparar pessoas, já que cada um tem seu ritmo próprio de aprendizagem e deve ser comparado consigo mesmo a partir de um processo, para então, percebendo-se de onde o aluno partiu, possa-se estabelecer uma meta de onde ele pode chegar, avaliando-se cada ação desse processo, corrigindo os erros e reforçando os acertos para que o objetivo seja alcançado.

José Carlos Libâneo (1991, p. 198), traz a seguinte citação sobre a avaliação:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do educador e do educando, são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

Nesse contexto, Libâneo trata da avaliação como processo permanente do trabalho docente, ou seja, deve estar presente no cotidiano escolar do professor e deve ser realizada sempre em cima de um objetivo proposto.

Para Eduardo Galeano 2004 é preciso acreditar na “utopia” educacional que move o dia a dia da escola e que faz as pessoas lutarem por uma sociedade mais justa. Segundo o autor a avaliação escolar é imprescindível nesse processo, atuando como balizador do projeto pedagógico da escola.

Galeano (2004, p. 89) faz a seguinte citação sobre essa “utopia”:

Ela está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais eu a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: Para caminhar.

Vasconcelos (1994, p. 39), relata que a avaliação deve servir para o educando e o educador fazerem uma reflexão crítica sobre a prática:

Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos.

A avaliação deve ser espelho para refletir os erros e acertos, e, ser também lâmpada que ilumine na correção desses erros. A respeito desse assunto Matos (1999), menciona que “avaliar, neste caso, é colocar-se em situação de abertura às provocações da realidade complexa, de perspectivas coletivamente construídas no chão da escola”.

Avaliar é, então, realizar um julgamento entre o que foi obtido e o que se pretendia obter, portanto deve ser um processo contínuo e sistemático, constantemente planejado para que possa, com isso permitir a qualidade do ensino.

### 2.1.2 A AVALIAÇÃO DE ACORDO COM A TENDÊNCIA TRADICIONAL

Uma das tendências educacionais mais antigas, a tradicional chegou ao Brasil através dos Jesuítas que vieram no período colonial para ensinar os índios através da catequização. Essa tendência pedagógica foi criada com base na pedagogia da essência, originada na idade média e que coloca o homem como um ser do “vir-a-ser”, cuja finalidade é a santificação, colocando o saber dogmático como algo que vem de Deus e repassada por homens enviados com esse propósito.

Conforme Fernandes (1997, p. 123):

Um dos estudiosos e tradutores deste pensamento filosófico foi LOCKE, em cuja concepção de ciência coloca o saber de forma cristalizada e estabelecida por verdades definidas. Afirma que a origem do conhecimento está em Deus, pressupondo que o conhecimento já está dado e só é preciso conhecer a ordem que rege tais verdades. Locke propôs que as morais cristã e burguesa caminhassem em harmonia, numa moral de bons costumes e hábitos.

O ensino tradicional coloca o professor como centro e o conteúdo como algo dogmático e sem vínculo com a vida. Para os defensores dessa tendência a aprendizagem é um processo exógeno, ou seja, de dentro para fora, considerando o aluno como um depósito vazio para ser preenchido de conhecimento que vem de outras pessoas, ou seja, a educação tradicional defende o aluno como sujeito passivo e o ensino bancário, onde o professor, como iluminado de Deus possui o saber absoluto, que deve repassar o conhecimento sem questionamento. De acordo com os pressupostos desse modelo de ensino a criança ao chegar na escola não traz nada em sua bagagem, ou seja, tudo que ele aprende é na instituição escolar, esquecendo-se do fato de que todos os dias esse pequeno ser convive com outras pessoas, diversos espaços, fala e escuta, observa diferentes situações e constrói o seu próprio mundo a partir o que analisa no seu dia a dia. É característica desse modelo educacional o uso de castigos físicos e mentais para aqueles estudantes que não conseguissem aprender da mesma forma que os outros, como a utilização de palmatórias, assim como a prática de colocar as crianças de joelho em caroços de milho ou de costas para os colegas. A prática do decoreba e da aprendizagem das letras sem contextualizar com ações do dia a dia são resquícios também do ensino tradicional.

Nesse modelo de ensino a avaliação é um instrumento de verificação para saber se esse conteúdo foi memorizado pelo aluno que repete o que o professor repassou, sem direito a expressar sua opinião. Além disso, no sistema tradicional a avaliação é vista como uma forma de controlar a disciplina, tendo caráter punitivo, inclusive no âmbito familiar e colabora para acirrar uma competitividade individual entre os discentes. Na forma tradicional de ensino a avaliação deixa de ser um meio pela qual o processo de aprendizagem se constrói, passando a ser o fim, e o professor funciona como um fiscal para medir esse conhecimento. Sobre isso, BELLONI 2000, cita que “a avaliação institucional, feita de acordo com essa

concepção, é, em geral, centrada em prova ou outros indicadores quantitativos sobre a instituição e tem por objetivo classificar os alunos e instituições”.

Ainda no que diz respeito a utilização da avaliação como forma de controle disciplinar, Vasconcelos (1994, p. 15), diz que:

No princípio era o caos. Um dia, o professor descobriu que podia mandar o aluno para fora da sala de aula, que a instituição cuidava de ameaçá-lo com a expulsão. Mais tarde um pouco, descobriu que tinha em mãos uma arma muito mais poderosa: a nota. Começa a usá-la, então, para conseguir a ordem no caos. O caos se fez cosmos, o maldito cosmos da nota.

Sobre o mesmo assunto, Luckesi (1998, p. 28) fala que:

A prova pode ser encarada como instrumento de punição, de contrariedade, que está ligada a um interesse, mas sua máscara é tão ardilosa que, embora surjam polêmicas e discussões, ela ainda continua com suas raízes fincadas ao autoritarismo, ao medo, ao desejo. O autoritarismo é elemento necessário para a garantia desse modelo social, daí a prática da avaliação manifestar-se de forma autoritária.

Hoje em dia a cultura de ensino e avaliação tradicional está tão enraizada em nossas escolas que é difícil mostrar aos professores que é possível e preciso ensinar e avaliar de forma diferente. Não é raro encontrarmos provas de diversas disciplinas com características do modelo tradicional, valorizando o decoreba, com perguntas sem sentido e que não levam os alunos a pensar, elaboradas por professores que não passam de fiscais de sala e com o pensamento de que caso não tenham aprendido o conteúdo e tirem nota baixa recuperarão no período seguinte. E não é somente na cabeça dos educadores que esta cultura está intrínseca, grande parte dos alunos também estão tão acostumados com as provas tradicionais que os acompanha desde os primórdios de sua vida escolar que se assustam quando se deparam com algum educador que utiliza outros métodos de educar, da mesma forma quando ficam de frente com avaliações contextualizadas e que visam a expressão de sua opinião, a ponto de reclamar e achar sem sentido e chatas esse tipo de avaliação por lhes fazerem pensar.

E mesmo para aqueles educadores que tentam se livrar dos resquícios deixados pelo modelo tradicionalista de ministrar aulas há por parte de colegas e dos próprios alunos e pais críticas no que dizem respeito a forma como se comporta diante de sua turma, das atividades que elabora em sua sala de aula, o que faz com que essa tendência seja vivenciada mesmo nos dias atuais, após tantos estudos que mostraram os prejuízos para a aprendizagem dos educandos.

### 2.1.3 A AVALIAÇÃO DE ACORDO COM A TENDÊNCIA CONSTRUTIVISTA

Apesar de lento o processo avaliativo vem sofrendo constantes mudanças, principalmente nos últimos anos, e aos poucos vem deixando de ser visto apenas como instrumento de prova, se aprendeu ou não, e passou a fazer parte de um processo contínuo de ensino-aprendizagem dos alunos. Nessa perspectiva entra a tendência construtivista que aponta a avaliação como um meio de democratizar o ensino e valorizar o indivíduo enquanto sujeito de uma sociedade e possuidor de um conhecimento.

Segundo Hoffmann (2000, p. 32):

Numa perspectiva construtivista de avaliação, a questão da qualidade do ensino deve ser analisada em termos dos objetivos efetivamente perseguidos no sentido do desenvolvimento máximo possível dos alunos, à aprendizagem, no seu sentido amplo, alcançada pela criança a partir de oportunidades que o meio lhe oferece. A escola, portanto, nessa concepção, torna-se extremamente responsável pelo possível, à medida que oferece oportunidades amplas e desafiadoras de construir conhecimento.

Nesse sentido, Hoffman 2000, coloca a avaliação como uma forma de analisar as mudanças comportamentais do indivíduo em decorrência do que ele aprendeu ou deixou de aprender, não como forma de castigar por que ele não conseguiu aprender, mas buscando fazer com que ele supere seus limites e promova sua própria aprendizagem, partindo sempre da confiança e em si próprio e nas suas verdades e no interesse em alcançar sempre o melhor.

Avaliação construtivista, em si, visa à construção do pensamento, do conhecimento, da autonomia, da liberdade e da criatividade, proporcionando oportunidade ao aluno de refletir sobre o conhecimento adquirido e reorganizá-lo de forma mais ampla buscando o desenvolvimento de suas potencialidades. Professores que avaliam construtivamente seu aluno, o vê como sujeito de sua própria aprendizagem e analisa esse ser não por números, mais por projeções do que ele consegue ou não aprender para aquele ciclo no qual ele se encontra.

Portanto, a avaliação construtivista em uma perspectiva transformadora, busca uma escola democrática, que favoreça não só o acesso das camadas populares, mas, acima de tudo, a sua permanência no sistema de ensino.

Articulando a avaliação a um projeto educacional para formação do aluno como cidadão crítico, participativo e autônomo, cuja apropriação significativa e efetiva do conhecimento constitui o objetivo do processo ensino-aprendizagem, reconhecendo o aluno e o professor como sujeitos socioculturais dotados de identidade própria, com gênero, raça, classe social, visões do mundo e padrões culturais a serem levados em consideração em práticas docentes e avaliativas.

Segundo Luckesi (1998, p. 173):

A avaliação da aprendizagem é um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir a avaliação do julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo e o errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para então, ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção. O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que se esteja buscando ou construindo.

Sendo assim, é necessária sensibilização para que se perceba que avaliar é dar oportunidade para que o outro corrija o seu erro e não puni-lo por que errou, é deixar que o aluno, no caso da avaliação escolar consiga aprender com seus próprios erros, tornando sujeito de seu próprio conhecimento. Para Hoffman 1998, a avaliação construtivista deve mediar o estudante com o seu objeto de estudo, sendo peça importante na aquisição da liberdade de expressão e na formação do caráter crítico e social dos alunos. Sobre o assunto, Hoffmann (2000, p. 65) diz que:

Numa concepção mediadora de avaliação, a subjetividade inerente à elaboração e correção de tarefas avaliativas não é um problema, mas um elemento a se trabalhar positivamente. Porque, sem tornar a tarefa como um momento terminal e, sim, como um elo de uma grande corrente, tanto os erros dos alunos como as dúvidas dos professores em interpretá-los retornarão à aula para serem discutidos por todos, elementos importantes e positivos na continuidade das ações desenvolvidas, de outras tarefas propostas...A avaliação mediadora é aquela que leva o professor a analisar teoricamente as várias manifestações dos alunos em situação de aprendizagem (verbais, escritas ou outras produções), para acompanhar as hipóteses que vem formulando a respeito de determinados assuntos, em diferentes áreas do conhecimento de forma a exercer a ação educativa que lhes favoreça a descoberta das melhores soluções ou confirmações de hipóteses preliminarmente formuladas.

Dessa forma, a tendência construtivista deixa claro que o foco da avaliação não é ser o remédio ou castigo para que a aprendizagem ocorra, mas o diagnóstico para esse intento, e a melhor maneira para que isso ocorra é através do diálogo constante entre educador e educando, como forma de construção de um ambiente democrático e que propicie o ensino-aprendizagem. O próprio estudante que tem acesso a esse veículo de avaliação de conhecimento se sente mais à vontade para tirar suas dúvidas com o seu educador, pois sabe que qualquer sugestão ou crítica que venha daquele terá como propósito a melhoria da sua aprendizagem, ou seja, a entre esses agentes da educação uma sintonia, onde o educador conhece as necessidades de seu educando e esse compreende as ações realizadas pelo primeiro.

## **2.2 A PROVA ESCRITA**

Considerada durante muito tempo único instrumento avaliativo, a cada dia que passa a prova vem sendo posta a “prova” no novo modelo educacional, e mesmo quando utilizada tem um sentido diferente daquele que tinha outrora, inclusive na forma como é elaborada e aplicada em sala de aula, uma vez que, se antes havia todo um repertório que fazia com que a criança e o jovem se tremesse de medo ao se deparar com a prova escrita, hoje, claro que guardadas as exceções, o que há é uma preparação inicial para que os alunos possam realizar uma boa avaliação.

Até alguns anos a palavra prova era sinônima de avaliar, mas esse não era o seu único propósito, já que era utilizada nas salas de aula também como forma de controlar indisciplina, imposição do professor, ordem e de muitas outras formas. Porém hoje, se não foi extinta das escolas, e nem pode ser, pois também tem sua finalidade se for executada da forma correta, deixou de ser o único veículo avaliativo pelo professor. Além disso, os itens abordados nas provas escritas atuais não tendem tanto para o decoreba como antigamente mais instiga a percepção do educando e faz com que ele reflita sobre o que estudou naquele período.

### **2.2.1 E A PROVA? AVALIA OU CASTIGA?**

A prova escrita é um instrumento muito importante de avaliação, que, se for utilizado de forma correta irá colaborar para a melhoria da qualidade de ensino, onde o aluno pode analisar as suas dificuldades e o professor suas práticas. No entanto, o que tem se visto é que a avaliação escrita tem se tornado uma arma em sala de aula, pela qual o professor reprime os alunos e mantém a disciplina da turma.

Luckesi, (1998: 98), aponta, que a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino, que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma pedagogia do exame.

O dicionário Aurélio traz o seguinte significado para prova: “O que se atesta a veracidade ou autenticidade de algo; processo que permite verificar a exatidão dum cálculo, concurso, exame, competição”. Nesse contexto, percebemos que esse significado não pode ser levado ao pé da letra em nossa realidade escolar, já que não trata em nenhum momento do processo de ensino-aprendizagem.

Jean Piaget (1970, p. 04) tem a seguinte opinião em relação a prova:

O teste é a prova que comprova em resultados numéricos, atribuídos pelo professor; em outras palavras, tem-se certeza que uma determinada prova, se for corrigida por profissionais da mesma área ou até mesmo pelo mesmo profissional que a formulou, mas em dias diversificados, o peso (de cada questão) poderia ser alterado, conseqüentemente nota diferenciada, portanto a questão da atribuição do professor teria sentido.

Quando o professor elabora uma prova escrita para o aluno resolver ele coloca nas questões o que ele (professor) quer que os estudantes aprendam e não o que os alunos aprenderam ou realmente precisam aprender, ou seja, há um jogo de intenções diferente nessa interação. Muitas vezes coloca também as angústias de um cotidiano fatídico e cansativo, com questões que nem sempre se fazem entender por quem ler, no caso os discentes, e quanto a correção nem sempre acontece da maneira como deveria, já que, muitos professores usam de uma verdade “absoluta” para corrigir as questões e não aceitam o ponto de vista dos estudantes.

Luckesi (1998, p. 28) traz:

A prova pode ser encarada como instrumento de punição, de contrariedade, que está ligada a um interesse, mas sua máscara é tão ardilosa que, embora surjam polêmicas e discussões, ela ainda continua com suas raízes fincadas ao autoritarismo, ao medo, ao desejo. O autoritarismo é elemento necessário para a garantia desse modelo social, daí a prática da avaliação manifestar-se de forma autoritária.

É necessário que se perceba que a o principal objetivo é que os alunos aprendam e não as notas que eles vão tirar, para isso é preciso que se construa uma nova postura avaliativa, com a consciência de que “para que alguém decida por onde caminhar é preciso primeiro saber onde se encontra”. Não podemos misturar nem confundir avaliação e nota, muito menos utilizar essas duas palavras como sendo sinônimas, já que a nota é apenas um dos instrumentos de avaliação existentes. Precisamos saber que a avaliação deve sempre buscar o diálogo entre professor e aluno, na busca de aprendizagens mais significativas para ambas as partes, onde o professor deve usar seu conhecimento e experiência para apoiar o aluno, com informações que possa esclarecê-lo, encorajá-lo e orientá-lo em sua vida de estudante.

Contudo, em nenhum momento está se falando em suprimir a nota, a não ser que ela não tenha nenhum caráter pedagógico, e esteja sendo usado apenas como instrumento de terror e castigo, aí sim, é necessário rever a situação. O que se busca é fazer com que a prova seja utilizada dentro do caráter qualitativo, constituindo um dos processos avaliativos, dessa forma poderá ter um valor importante na qualidade do ensino.

Para tentar mudar essa filosofia de avaliar somente por prova que parece estar impregnada na educação não só brasileira, mas em diversas partes do mundo, é fundamental que todo educador saiba que não se faz ninguém aprender pelo medo e sim pela conquista, que medo e respeito são características totalmente diferentes, que mesmo que a prova seja aplicada, o aluno deve recebê-la com alegria e satisfação e não com repúdio e terror, sabendo que aquele teste vai servir para diagnosticar suas limitações e ajudá-lo a superá-las. Além disso, é necessário analisarmos se os exames escolares estão avaliando ou classificando os estudantes em capacitados ou não, tornando ainda mais excludente a nossa sociedade, já que as maiores partes desses testes não buscam fazer um diagnóstico da aprendizagem dos alunos, muito menos tem um resultado após esse diagnóstico. Sobre isso, Luckesi (1998, p. 96) fala que:

O ato de avaliar dar-se em três passos fundamentais: primeiro constatar a realidade; segundo, qualificar a realidade constatada; terceiro, tomar decisão, a partir da qualificação efetuada sobre a realidade constatada, tendo por pano de fundo uma teoria pedagógica construtiva.

Dessa forma, o autor coloca a avaliação como apenas parte do processo de ensino-aprendizagem, onde são vistas as deficiências e a partir delas são buscadas soluções para que sejam supridas.

## 2.2.2 A PROVA ESCRITA E O FRACASSO ESCOLAR

A globalização afetando todo o mundo e o Brasil se democratizando novamente a partir dos anos 80, os governantes investiram numa política de acesso e permanência de todos na escola, intenção bem vista na época por toda sociedade. No entanto, o que na teoria era algo maravilhoso, na prática em muito se diferenciou da teoria, já que o país não estava nem um pouco preparado para essa transformação radical. A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, cita essa universalização da educação em seu artigo 3º, inciso I, quando fala na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Nesse sentido, os governantes buscam a todo custo acabar com o analfabetismo no país, utilizando de várias estratégias, dentre as quais estão os mecanismos de oferecimento de ajuda para a classe pobre, como forma de atrair as crianças para a escola, bem como merenda escolar para diminuir a desnutrição, transporte escolar, e mais outras medidas. No entanto, é necessário oferecer a escola meios para que ela possa suportar a diversidade de alunos que recebe, bem como as dificuldades de aprendizagem tão debatidas no sistema educacional, uma vez que, o que acontece na maioria das vezes é que as instituições educacionais ainda não conseguiram resolver o problema da dificuldade que os alunos encontram em aprender e jogam para os estudantes a culpa dos resultados baixos nas avaliações, como forma de justificar a deficiência da escola. Porém, Freitas (2011, p. 18), diz:

[...] Não basta colocar a pobreza na escola, é preciso ensiná-la. E isto vale tanto para a seriação, para a progressão continuada, como para os ciclos. Parece que estamos diante de um fenômeno antigo e resistente.

No próprio âmbito escolar a exclusão já é perceptível, basta ver a separação por salas, nomeadas de A, B, C..., e como os alunos são dispostos nessas salas, para que se veja que o processo parte de uma seleção daqueles que

a escola considera mais preparado, até chegar aqueles eu a escola julga não serem capazes. Dessa forma Freitas (2011, p. 18):

Os problemas ocorrem por conta dessa contradição: As finalidades correntes da escola atual não se destinam a todos. Ao contrário, nossa escola foi configurada ao longo da história moderna para dar uma base de conhecimentos e habilidades mínima a todos, mas separar os mais “competentes” e ensinar de fato a estes.

Não há dúvida de que, com a universalização da educação alguma coisa já melhorou, tanto na formação inicial e continuada dos professores, como na melhoria física e didática da escola, assim como também a avaliação passou a ganhar uma nova dimensão, se antes o aluno era reprovado se não atingisse um resultado esperado, hoje a escola também é reprovada. Porém ainda há muito que ser feito para diminuir o fracasso que ronda nossas escolas, principalmente no que diz respeito a defasagem idade-série que prejudica muito a aprendizagem de nossas crianças e adolescentes, assim como o elevado número de alunos reprovados e evadidos.

Fato é que nem os próprios professores, na maioria das vezes, sabem de certo o porquê dos alunos não aprendem, basta pensar em uma turma onde os alunos se concentram na aula, possuem disciplina, mas que mesmo assim o resultado não aparece. E aí, por que mais da metade daquela turma não aprendeu? Pode-se encontrar várias respostas para a pergunta, que tanto podem chegar ao aluno como ao professor. Será que o que está sendo ensinado é o que o aluno realmente precisa aprender? Será que a avaliação realizada condiz com as aulas ministradas. Por essas e muitas outras causas é necessário fazer não só uma avaliação, mas também uma auto avaliação para alcançarmos a educação de qualidade que tanto sonhamos.

Segundo Charlot (2005, p. 115):

O fracasso escolar remete para muitos debates, como o aprendizado, a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade de chances, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a crise, sobre os modos de vida das pessoas e seus trabalhos na sociedade futura e sobre as diversas formas de cidadania.

Perrenoud (1999, p. 67) relata que fracasso e êxito estão bem próximo e que:

O que separa o êxito do fracasso é um ponto de ruptura, introduzindo em uma classificação e, qualquer que seja sua justificativa teórica ou prática, esta ruptura introduz uma dicotomia na estrutura dos alunos. Se estiver acima do patamar do ponto de ruptura tem êxito, se estiver abaixo desse ponto é considerado um fracassado.

Ainda sobre esse assunto Perrenoud (1999, p. 156) cita a avaliação como norteadora da sociedade e responsável pelo sucesso ou fracasso das pessoas.

A avaliação escolar vem se constituindo em um problema a longa data e, desde sempre, vem excluindo a grande maioria da população do acesso ao saber. Estigmatiza a ignorância de alguns para melhor celebrar a excelência de outros. É ela quem decide quem continuará estudando, o papel que desempenhará na sociedade, bem como quem entra no mercado de trabalho e quem fica no meio do caminho.

Os problemas nós já sabemos quais são, resta agora encontrarmos formas de como superá-los, para que o nosso país possa alavancar também no setor educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de um tema tão abrangente e até mesmo muito polêmico, que é a avaliação escolar, esse trabalho procurou fazer uma análise de como se deu o processo avaliativo desde os primórdios da educação até os dias atuais, fazendo uma perspectiva de como a cultura da prova escrita que ainda hoje é implantada em nossas escolas é remanescente de um longo período histórico e mostrando suas consequências no desempenho escolar dos estudantes. Na realização do trabalho foi feito um resgate histórico da avaliação de acordo com as tendências pedagógicas e o pensamento de estudiosos da área a respeito do assunto.

Com o mundo se globalizando da forma como vem ocorrendo é fundamental que a escola inove sua maneira de atuar, e, principalmente que o educador consiga avaliar seus alunos de forma justa e igualitária, como forma de preparar os alunos para a vida em sociedade.

Nesse trabalho, buscamos compreender o papel do gestor dentro do processo avaliativo, não só como fiscalizador, mas como incentivador e orientador, através do acompanhamento das avaliações internas e externas, enfatizando sua importância na mudança tão esperada na forma de avaliar por parte dos professores. Mostramos ainda, na pesquisa o caráter fiscalizador e tradicional

existente nas avaliações externas do Brasil e como as escolas têm sido preparadas para receber essas avaliações, além disso, fizemos uma análise de como professores e alunos tem encarado essas avaliações em larga escala e se elas têm trazido realmente benefícios à educação brasileira ou tem tornado ainda mais difícil a tarefa de educar.

A pesquisa realizada levantou a problemática de como se ver a avaliação no ambiente escolar, se com caráter disciplinador e controlador ou como forma de transformação do indivíduo e da sociedade, partindo da visão de que ainda hoje se avalia o aluno por um número, sem levar em conta os fatores sociais que rodeiam esse aluno.

Entendemos, todavia, que o processo ensino-aprendizagem-avaliação é muito mais complexo do que quer fazer crer a grande maioria de profissionais da área de Educação porque envolve sujeitos que, heterogeneamente constituídos, não controlam totalmente o seu dizer.

Portanto, ao pretendermos analisar a questão da avaliação sob formações discursivas, regime de verdade, saber-poder, tecnologias de dominação e noções de heterogeneidade, observou-se que as práticas mostram que a questão da avaliação está estreitamente associada ao discurso da qualidade do ensino; discurso este cujos conteúdos foram transpostos do campo produtivo-empresarial privado para o campo educacional focados apenas da participação, através do funcionamento de políticas amistosas e a avaliação de processos que, como se viu i objetivo maior é a mensuração e a hierarquização, em que se coloca em evidência o papel do professor como profissional.

No contexto ensino-aprendizagem destacamos a influência da abordagem comunicativa no que tange à funcionalidade do aluno em sala; às interações mais constantes entre professor e aluno. Pudemos notar que essas interações servem como instrumento de avaliação do professor em relação à competência comunicativa do aluno.

Assim, ao analisarmos o discurso pedagógico da avaliação mostrou que a prática discursiva de sala de aula se dá mediante um jogo constante de perguntas e respostas que objetivam fazer com que o aluno, ao falar, seja avaliado. Assim, a aula transforma-se em uma cerimônia de objetivação do poder disciplinar. Esse jogo avaliativo vai construindo as imagens que professores e alunos fazem de si e do outro, ou seja, do que sabe e do que aprende, melhor ainda, alunos e professores se

transformem em sujeitos de um saber-poder.

Enfim, é necessário que o assunto abordado nesse trabalho seja alvo de reflexão por parte das autoridades educacionais, para que, a partir do exposto possa se abrir novos horizontes para o processo avaliativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Médio- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTC, 1999.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em política pública**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

CHARLOT, Bernard. Formação de Professores: a pesquisa e a política educacional. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs.). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2005, p 89-108.

CRUZ, C.; RIBEIRO, U. **Metodologia científica**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Axcel, 2004. p. 89-95.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Minidicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERNANDES, M. Estrela Araujo. **A formação inicial e a permanente do professor**. São Paulo: Revista da educação, n. 102, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREITAS, Ione Campos. disponível em <http://democracianaescola.blogspot.com/>. Acesso em 07/04/2011.

GALEANO, Eduardo. *Bocas do tempo*. Porto Alegre: L e PM, 2004.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 14. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDBEN). Lei n. 9.394 de 20 dez. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**/São Paulo: Atlas Ed., 2002. 282p

MATOS, Junot Cornélio. **Avaliação: paixão e projeto**. In: Revista de Educação AEC, Brasília, n.110, 1999.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS Secretaria Educação Fundamental, Brasília: MRC/SEF.1997

PERRENOUD, Philippe. **Entre duas lógicas, da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIAGET, Jean. **A construção do real e da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PRADO, Maria Eizabeth Xavier, 1994 p 41

[VASCONCELLOS](#), Celso dos Santos. **Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. São Paulo: [Libertad](#), 1994.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WERNECK, Hamilton. **Prova, provão, camisa de força da educação**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1995.